

## CONTRIBUIÇÕES DA ETNO-HISTÓRIA PARA A ARQUEOLOGIA DO NORDESTE DE MATO GROSSO DO SUL, NA ÁREA IMPACTADA PELO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL

Gilson Rodolfo Martins\*

Quando na primeira metade do século XVI os primeiros conquistadores europeus chegaram a Mato Grosso do Sul, encontraram algumas centenas de milhares de índios que aí viviam, há séculos, os quais estavam distribuídos por mais de uma dezena de tribos distintas entre si. Das fontes históricas do século XVI, praticamente nenhuma faz referência aos índios do nordeste sul-mato-grossense. Porém, de acordo com os cronistas dos séculos seguintes e com estudos etnográficos contemporâneos, como, por exemplo, o Mapa Etno-Histórico de Nimuendaju, editado em 1944, toda a área vizinha ao traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (*Gasbol*), entre os municípios de Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas era habitada, hegemonicamente, pelos índios kaiapós meridionais, hoje extintos. Segundo Schaden (1954: 396) o território ocupado por esses índios era o seguinte:

“Grande extensão do noroeste do Estado (SP), compreendida entre o rio Grande e o Paraná, bem como as áreas adjacentes do triângulo mineiro, do sudeste de Mato Grosso e sul de Goiás, constituiu o habitat de uma tribo jê, conhecida sob o nome de Kaiapó Meridionais. (...) Guerreiros denodados, faziam-se acompanhar das mulheres nos campos de luta, incumbidas de ficar atrás dos homens e passar-lhes as flechas à medida que as gatassem. Além de arco e flecha, serviam-se de grandes cacetes, particularidade que deu origem à designação de Ibirajara (“senhores dos tacapes, na língua geral) com que os Kaiapó e algumas outras populações figuram em textos antigos”.

Prezia (1988: 4) ao analisar o grupo lingüístico Macro-Jê sintetizou algumas características comuns às tribos filiadas a esse tronco, as quais se apresentam a seguir:

- “são moradores do cerrado ou de áreas de mata aberta;
- possuem uma organização social complexa, dividindo a comunidade em metades ou clãs, divisão que é respeitada desde a direção da aldeia, até a realização de festas e rituais;
- não usam redes, dormindo em esteiras ou em estrados de varas;
- fabricam pouca cerâmica, desenvolvendo mais a pintura corporal e a arte plumária”.

O processo colonizador português, no Brasil, iniciou sua interiorização no final do século XVI. As bandeiras paulistas de André Leão e Nicolau Barreto, explorando o vale do Paraíba do Sul e as terras além da Serra de Mantiqueira, inauguraram, na última década desse século, o fenômeno bandeirante. Entre 1600 e 1620, diversas bandeiras terrestres partiram do planalto de Piratininga em direção ao ocidente colonial buscando duas mercadorias muito valorizadas no comércio mercantilista: os metais preciosos e cativos indígenas. Dessa forma, o início do século XVII é também o momento que estabeleceu os primeiros contatos inter-étnicos entre colonos europeus e as tribos orientais de Mato Grosso do Sul e do extremo-oeste paulista.

Em 1610, os jesuítas espanhóis iniciaram a catequese dos índios guaranis do Guairá, no noroeste paranaense, intensificando a movimentação colonial na bacia do Alto Paraná. Com isso, alterações substanciais ocorreram na realidade étnica regional.

A presença dessas duas frentes de expansionismo colonial, embora rivais, debruçadas sobre o mesmo objeto, implicou um afastamento e diminuição dos aldeamentos indígenas nas proximidades do trecho sul-mato-grossense do rio Paraná. Nos anos seguintes à fundação da

(\*) Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História do *Campus* Universitário de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

ação missionária, avolumaram-se as expedições preadoras oriundas de São Paulo, tanto sobre as aldeias tradicionais como sobre as diversas reduções guairensas. As tribos guaranis ocupantes do complexo fluvial Paraná/Paranapanema alteraram hábitos culturais e passaram a migrar constantemente provocando a reacomodação de outros grupos étnicos vizinhos, inclusive os do nordeste sul-mato-grossense. Os trechos abaixo, citados por Taunay (1922: 90), refletem a visão desse autor sobre a conjuntura inicial do século XVII na área ocidental da colônia:

*“Em 1612 queixava-se o cabildo da Ciudad Real, a mais importante das colônias jesuíticas do Pequiry e Ivay ao governador de Buenos Aires, contando-lhe “la inquietud de los naturales, promovidas por los portugueses de la Villa de San Pablo en el Brasil, quienes los han sensocado y llevado más de 3.000 com harto perjuricio de esta ciudad”.*

Para o autor acima (*op.cit.*): *“estavam os índios no maior alvoroço e ameaçavam despovoar a região emigrando tumultuosamente além Paraná e além Iguassu”.*

Segundo Caldarelli (1993: 5), essa conjuntura histórica tem a seguinte implicação para a pesquisa arqueológica:

*“(…) a situação de instabilidade em que se encontravam os indígenas, os quais passam a viver em habitações precárias e com objetos numericamente reduzidos e feitos rapidamente, em sua maioria com material perecível fáceis de serem produzidos, já que a extrema mobilidade característica da situação de conflito em que viviam os indígenas, obrigava-os a constantemente abandonar seus acampamentos e objetos pessoais.*

Este fato explica porque é difícil a recuperação arqueológica dos assentamentos indígenas mais recentes, sendo mais facilmente identificáveis os assentamentos pré-coloniais, quando as populações que ocupavam a área apresentavam maior densidade demográfica, permaneciam mais longamente nas aldeias e produziam uma cultura material mais diversificada e numericamente mais expressiva do que a dos indígenas que as sucederam, em tempos históricos”.

A união das coroas ibéricas, entre 1618 e 1648, fez da América do Sul uma única unidade política. A pressão colonial sobre o interior do continente aumentava. Em 1628 o capitão-

general Luis de Céspedes Xeria, Governador do Paraguai, partiu de São Paulo em um comboio fluvial que percorreu, pioneiramente, a rota fluvial Tietê/Paraná até o Guairá. No ano seguinte, comandado por Raposo Tavares e Manoel Preto, ocorreu o grande e fulminante ataque bandeirante sobre as missões guairensas provocando o êxodo maciço de índios dessa região para o sul do Brasil e para Mato Grosso do Sul. Estima-se que mais de vinte mil índios tenham abandonado a região somente nesse episódio. Em seguida, as investidas sobre os remanescentes índios guaranis guairenses foram feitas em todas as direções.

Em 1648, foi a vez das reduções do Itatim, instaladas em Mato Grosso do Sul entre os vales do Miranda e do Apa, serem atacadas por Raposo Tavares. Os índios guaranitins evacuaram a área e partiram em direção ao nordeste do Paraguai e serra de Maracaju. Em meados desse século, os núcleos coloniais espanhóis em Mato Grosso do Sul estavam definitivamente abandonados.

Durante o ano 1676, o bandeirante paulista Francisco Pedro Xavier, acompanhando as margens da rota Tietê/Paraná/Iguatemi e ultrapassando o planalto maracajuano, em Mato Grosso do Sul, invade e destrói Vila Rica del Espiritu Santo, no norte do Paraguai Oriental.

Segundo Taunay (1951: 147):

*“Ao sertão da Vacaria que assim se chamava então o atual sul mato-grossense percorreram no último quartel do séc. XVII diversas bandeiras.*

*Em 1682, procurava Juan Diaz de Abdino saber quantos seriam aqueles portugueses implantados nas vizinhanças das ruínas de Santiago de Jerez e soubera que os cabos paulistas eram Pascoal Moreira e André de Zuñega “que tenían ochenta canoas en el rio de Botetey que entra à este del Paraguay”.*

Na passagem do século XVII para o XVIII, a presença colonial luso-paulista estava consolidada em Mato Grosso do Sul, isto ao custo de cem anos de guerra genocida e de conquista territorial. Porém, como atividade econômica, a partir de 1670, o bandeirismo de apresamento mostrou forte tendência ao declínio. A reorganização do tráfico negroiro após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, o esgotamento dos “estoques” de índios guaranis “domesticados” pelas missões, a resistência e a retirada dos sobreviventes para regiões mais ermas, progres-

sivamente inviabilizaram a ação bandeirante de apresamento nos padrões da economia colonial.

Desse período histórico é muito improvável a presença de vestígios arqueológicos na área a ser impactada pelo gasoduto, sobretudo no segmento abrangido por este estudo. As características dessa modalidade colonizadora faziam com que não houvesse assentamentos permanentes, seu caráter era mais destrutivo que construtivo. Os bandeirantes não aspiravam ao povoamento nem à fixação nas áreas desbravadas. Sua relação com o espaço era de permanente movimentação, acompanhando sempre o deslocamento estratégico dos indígenas em retirada para o interior. Acrescente-se ainda o fato de que a cultura material bandeirante, nos padrões do modelo europeu, é descrita pelos historiadores como sendo elementar.

A crise do bandeirismo de apresamento, no fim do século XVII, não foi um fato isolado, ela estava inserida na primeira crise geral no sistema colonial português. A economia mercantilista lusa saiu profundamente enfraquecida da União Ibérica. As guerras pela restauração, a forte concorrência estrangeira e o anacronismo do modelo econômico, em resumo, provocaram o esvaziamento monetário do Império português. Em função disso, a dinastia bragantina promove e estimula a prospecção de metais preciosos no interior do Brasil. O setor bandeirante, estruturado para o sertanismo, facilmente adaptou-se à nova realidade. Em 1693, os paulistas descobriram ouro em Minas Gerais. Expulsos daí, em 1709, no episódio da Guerra dos Emboabas, dez anos depois estavam inaugurando o garimpo cuiabano.

A expansão territorial e demográfica provocada pela mineração em Mato Grosso transformou essa região em um promissor mercado colonial. Passadas as dificuldades dos primeiros anos de desbravamento, o processo de urbanização e administração foi organizado com a visita de Rodrigo Cezar de Menezes, Capitão-General e Governador da Capitania de São Paulo, em 1726, a Cuiabá.

A realidade anteriormente narrada estabeleceu nova função histórica para o espaço sul-mato-grossense. Essa região passou a ser a “espinha dorsal” do sistema viário fluvial para Cuiabá. Podemos entendê-la a partir da seguinte análise de Sérgio Buarque de Holanda (1945: 93):

*“Graças a tais circunstâncias, a navegação dos rios continua a fazer-se sem interrupções e a*

*rota seguida desde Ararituaba vai assumindo, cada vez mais, o caráter de via de trânsito regular. O que estimulava agora essas expedições, já não era tanto o ânimo aventureiro, mas o lucro certo que prometia o comércio com esses remotos sertões, distanciados de qualquer recurso, onde os preços atingidos por todos os artigos, até mesmo de uso indispensável, parecem destinados a compensar abundantemente todos os riscos da viagem”.*

O tráfego fluvial regular entre São Paulo e Cuiabá foi definindo-se paulatinamente. As antigas rotas seiscentistas que seguiam preferencialmente pelos caminhos Paraná/Ivinhema ou Tietê/Pardo/Aquidauana, tinham vários inconvenientes para a nova modalidade de trânsito que exigia mais segurança. Por volta de 1720, uma nova rota foi descoberta pelos irmãos Leme, segundo Holanda (1945: 97):

*“Desejosos, talvez, de procurar passagem mais breve para as minas, deliberaram aqueles sertanistas continuar em águas do Pardo, subindo a parte encachoeirada que fica além da barra do Anhanduí, e chegaram, assim, ao ribeirão Sanguesuga. Neste ponto, o divisor das bacias do Paraguai e Paraná abrange apenas cerca de duas léguas e meia de extensão e parece admiravelmente apropriado à varação das canoas”.*

A tradicional rota fluvial Pardo/Anhanduí/Aquidauana tinha o seu varadouro terrestre no atual município de Terenos, por onde passa o traçado do *Gasbol*. Esta não foi totalmente abandonada, em 1726, por exemplo, foi a escolhida pelo governador da Capitania de São Paulo para ir a Cuiabá.

Com a implantação da Fazenda Camapuã, ainda na década de vinte do século XVIII, no varadouro entre o rio Pardo e o rio Camapuã, oferecendo mais segurança e recursos aos viajantes, a nova rota passou a ser o caminho oficial das monções por mais de um século. Outros caminhos, menos usuais, existiam, entre esses podemos citar o do rio Verde, do Sucuriú e alguns terrestres. Holanda (1945: 138) observou que:

*“É preciso acrescentar que numa navegação longa e sem porto seguro, era necessidade restringir ao mínimo qualquer contacto com a terra firme. O breve varadouro de Camapuã correspondia bem a essa necessidade. Um estabelecimento permanente, em tal situação, permitira evitar, ou ao mesmo diminuir, o risco de assaltos do gentio Caiapó, que vagava nas comarcas a leste do Pardo.”*

Taunay (1981: 209) publicou o relato que D. Antônio Rolim de Moura, 1º Governador da Capitania de Mato Grosso, fez de sua viagem de São Paulo para a Vila de Cuiabá, em 1751. Desse texto é interessante destacar a referência feita aos índios kaiapós no roteiro das monções:

*“Três são as nações que costumam perseguir aos viajantes deste caminho; a primeira é a dos kaiapós; são forçosos e ligeiros, usam por armas de arco e flecha, e de porretes. Estes são uns paus, do tamanho de um covado, pouco mais ou menos, de uma parte redondos, por onde lhe pegam; pela outra espalhados, como os paus de remos; enfeitam-nos cobrindo-os com seus tecidos feitos de cascas de árvore, de várias cores, à imitação de esteiras; porém muito ajustados, e unidos aos paus: o seu modo de pelejar é atraçoadamente; tomando sentido onde alguma tropa se arrancha, e parecendo-lhes que três partido, a vêm atacar quando acham descuidada; porém, se a tropa tem algum poder, se não resolvem a isso. O mais comum é esperar o que saem do campo para caçar, escondendo-se de modo que não é fácil vê-los, por se pintarem de modo que ficam da cor do mato, e de repente darem sobre os que vão passando, atirando-lhes primeiro com as flechas, e depois quebrando-lhes as cabeças com os porretes; o que feito, fogem logo, deixando a arma com que fizeram a morte. Contra esses basta um pouco de cautela dos ranchos, e também que não saiam menos de dois ou tres a caçar, e que estes se recolham juntos, pois na retirada é que eles costumam mais dar os seus assaltos”.*

As abordagens acima são claras ao mostrar que, apesar da intensa movimentação colonial, durante o século XVIII, na região de intersecção do traçado do *Gasbol* sobre as extintas rotas das monções, é improvável a existência de vestígios arqueológicos relacionados a esse fenômeno histórico na área impactada por esse gasoduto. Em toda a região nordeste de Mato Grosso do Sul não houve estabelecimentos fixos, exceto a Fazenda Camapuã.<sup>1</sup> A presença colonial, na área, definia-se pela transitoriedade.

O “Ciclo do Ouro” esgotou-se no final do século XVIII. A crise atingiu também o comércio cuiabano e afetou intensamente o movimento monçoeiro, reduzindo-se assim, drasticamente, o número de comboios fluviais. O núcleo rural de Camapuã enfrentou forte recessão. A região em foco neste estudo refluíu ao semi-isolamento, ficando, portanto entregue ao povoamento quase que exclusivo de índios kaiapós e, talvez, de alguns pequenos grupos de índios ofaiés-xavantes e guaranis.

Na primeira década do século XIX, a economia mercantilista portuguesa ruiu. As atividades econômicas coloniais entraram em profunda recessão. Em Mato Grosso produzia-se para a subsistência. A inexistência quase total, na região nordeste do estado, de estabelecimentos agropastoris, em mais de trezentos anos de colonização, foi propícia à preservação da originalidade da paisagem vegetal. Em 1826, uma expedição naturalista, comandada pelo Barão de Langsdorf, navegou pelo antigo caminho das monções. O desenhista francês, Hércules Florence, integrante da expedição, iconografou diversas cenas da viagem e assim descreveu o estado de conservação das margens do Pardo (Florence 1977: 58).

*“Atingimos a embocadura do rio Pardo, célebre entre os paulistas, de um lado, pelos perigos e canseiras que aí esperavam o viajante ao querer vencer a força de suas correntezas e transpor numerosas cachoeiras e suas quedas: de outro, afamado pela beleza das campinas em que corre e que, oferecendo à vista, já farta da monotonia de ininterrompidos matos, vastas perspectivas cortadas de outeiros, riachos e capões (...).*

No meio desses campos ao caçador facilmente se deparam veados, perdizes e outros animais, cuja carne lhe enriquece a mesa, aumentando destarte o prazer de atravessar tão bela região.”

(1) Em 17/4/2001, o autor deste artigo e a Sra. Maria Margareth Ribas Escobar, Diretora do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – em Campo Grande, localizaram a área do assentamento da histórica Fazenda Camapuã, no município homônimo e formalizaram o registro do local como sítio arqueológico. Na superfície vistoriada foram encontrados fragmentos de telhas, dos quais

serão enviadas amostras para datação, bem como foram coletados depoimentos de antigos moradores que tiveram a oportunidade de observar, antes da demolição definitiva, os segmentos restantes de estruturas das edificações originais. As coordenadas geográficas obtidas em um dos pontos examinados foram: 19° 31' 52,8" s e 54° 03' 49,0" w.

A descrição anterior é, provavelmente, o último testemunho da integridade paisagística natural da área. A partir de 1830, a economia imperial brasileira, impulsionada pela ascensão da atividade cafeeira, recupera-se aceleradamente. A fronteira agropastoril expande-se para o oeste. A valorização fundiária das férteis terras do triângulo mineiro empurra a pecuária extensiva, aí instalada, para além dos rios Paranaíba/Paraná. Em 1832, Joaquim Francisco Lopes, irmão do célebre “Guia Lopes”, imortalizado no romance de Taunay, “A Retirada da Laguna”, fez sua primeira viagem exploratória nos campos e pastagens do nordeste sul-mato-grossense e, em seguida, aos “campos de vacaria”, na região Centro-sul do estado. Dessa data em diante o fluxo migratório da pecuária, principalmente mineira, em direção a Mato Grosso do Sul, não mais cessou. Em poucas décadas o modelo pastoril estava estruturado e abrangia boa parte da extensão espacial focalizada por este estudo.

Sob o regime imperial redefiniu-se a política oficial de contato cultural com os índios, visando-se assim atender às necessidades da nova realidade. Ao estudar os relatórios das diversas gestões da Diretoria Geral dos Índios, em Mato Grosso, na segunda metade do século, Pina de Barros (1989: 210), assim formula o quadro da época:

*“A política indigenista nortee-se pelo binômio: defesa contra os índios e aproveitamento de sua mão-de-obra. Com as mudanças estruturais ocorridas pela decadência da mineração e com a conseqüente proliferação das atividades de subsistência e auto-consumo, por um lado, e ampliação das fazendas de criação de gado e cana-de-açúcar, por outro, forjam-se facetas particulares nas relações índio/colonizadores, no decorrer do período imperial em MT. Para isso também concorreu a impossibilidade de reposição da mão-de-obra escrava, seja pela queda do poder aquisitivo, seja pela inibição de tráfico negreiro”.*

O Cel. Ricardo José Gomes Jardim, presidente da província, em ofício ao Governo Imperial, ao descrever o quadro etnográfico de Mato Grosso em seu relatório de 1846, assim se referiu aos índios kaiapós (Jardim 1869: 350).

*“A aldeia de Santa Anna do Paranaíba contava de 150 a 160 índios cayapós de ambos os sexos, que emigraram das aldeias de Goyaz em 1835, das quaes muitos se têm dispersado,*

*empregando-se como camaradas da tropa, e outros trabalhando a jornal para os oradores de districto. Tiveram um inspetor nomeado pela presidência em 1838, o qual deixou de existir por falta de consignação para o pagamento do seu ordenado.”*

O primeiro Diretor Geral dos Índios em Mato Grosso, Joaquim Alves Ferreira, em seu relatório de 1848 localiza os índios kaiapós (Ayala & Simon 1914: 91):

*“ (...) entre os rios Paraná, Paranaíba e as cabeceiras de São Lourenço e Taquary, uns desaldeados no destacamento nas margens do Piquiry: outros no porto de Paranaíba. Outros não têm residência certa. Vivem da caça, pesca, frutos da terra; cultivam milho, arroz, mandioca, batata, cana; fabricam algumas rapaduras; criam porcos, aves, gado-vacum e cavalos. A maior parte entendem e falam nosso idioma (...) Muitos se ajustam ao serviço dos moradores do distrito e viajantes.”*

No fim do século XIX, os índios kaiapós meridionais estavam, praticamente, extintos em Mato Grosso do Sul. Algumas famílias sobreviventes, isoladas na condição de “índios de fazenda”, podem ter resistido mais alguns anos. A mestiçagem com a população local os fez desaparecer definitivamente. Schaden (1954: 396) noticiou a existência dos últimos trinta índios kaiapós, vivendo, em 1910, a jusante da cachoeira Água Vermelha, nas duas margens do rio Grande, isto é, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, encerrando, talvez, mais de um milênio de existência dessa cultura humana.

A identificação de uma zona de transição étnica estabelecida por uma fronteira natural, representada pelo traçado do rio Pardo e adjacências, foi ressaltada por Martins (1992) como tendo sido a porção ao norte desse rio o antigo *habitat* dos índios kaiapós meridionais e, ao sul, o território Guarani – etnia esta, ainda hoje presente nas regiões do sul do estado e representada pelas tribos Kaiowá e Nhandeva.

Na passagem do século XIX para o século XX, quando já não mais existiam índios guaranis vivendo na margem direita do rio Paraná, a montante do rio Ivinhema, os índios ofaié-xavantes ocuparam esse espaço, o qual é abrangido atualmente, em parte, pela área do reservatório da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta (ex-UHE Porto Primavera), pescando, caçando e acampando ao longo dos riachos e baías onde deságuam os ribeirões Combate,

Três Barras, Samambaia e outros, inclusive a montante do rio Pardo. As aldeias maiores tinham casas em forma de cúpula, configurando, assim, amplo círculo composto por cerca de 20 casas, com área central de terra batida para danças e disputas, caminhos para o rio e para a roça; o sepultamento era efetuado em local distante da aldeia (Ribeiro 1951).

O passado e o modo de ser dos índios ofaiés-xavantes, antes do contato com o colonizador europeu é desconhecido. Não há pesquisas arqueológicas e etno-históricas que revelem esse panorama. As primeiras informações concretas sobre a etnografia desses índios surgem em meados do século XIX, quando a expansão da fronteira agropastoril brasileira em terras do então sul de Mato Grosso já era uma realidade irreversível. Assim, pressupõe-se que, no período citado no parágrafo anterior, a fricção interétnica já deveria ter acarretado significativas alterações no modo de ser dos índios ofaiés-xavantes, sobretudo no que diz respeito à questão da cultura material desse povo.

Somente no começo do século XX, com a ação de Rondon e de técnicos do SPI – Serviço de Proteção ao Índio –, especialmente de Curt Nimuendaju, é que surgiram os primeiros testemunhos confiáveis sobre as características etnográficas dos índios ofaiés-xavantes. Nessa época, devido aos contatos conflituosos, cada vez mais constantes com elementos da sociedade envolvente, esse grupo indígena encontrava-se em franco processo de desintegração tribal.

Por inferência etnográfica baseada nos relatos dos primeiros contatos entre índios ofaiés-xavantes e “brancos”, esses índios, antes do contato, poderiam ser classificados como uma sociedade integrante do tronco lingüístico Macro-Jê, portadores de um modelo econômico baseado quase que exclusivamente na caça, pesca e coleta de vegetais silvestres, daí terem um comportamento espacial sobretudo ambulante, obedecendo este à sazonalidade dos recursos naturais disponíveis.

De uma forma sintética, com os dados disponíveis, pode-se deduzir que antes da segunda metade do século XIX, os índios ofaiés-xavantes viviam na região hoje compreendida entre os municípios sul-mato-grossenses de Rio Brillante e Campo Grande. A

partir da ocupação dessa região por fazendas, após a Guerra do Paraguai (1864/70), esses índios foram paulatinamente obrigados a procurar refúgios em outras áreas ainda não impactadas pela expansão da fronteira agropastoril. Foi por isso que, então, eles migraram para os pantanais da margem direita do rio Paraná, entre os municípios de Anaurilândia e Três Lagoas ou para os pantanais dos rios Tabôco e Negro, no município de Aquidauana. No que diz respeito aos grupos que migraram para as margens do rio Paraná, os principais roteiros obedeciam às bacias hidrográficas dos rios Anhanduí/Pardo, rio Verde e rio Ivinhema.

Entre outras conseqüências desse processo pode-se destacar a instabilidade dos assentamentos, seja no tempo e/ou no espaço, evidenciada, na primeira metade do século XX, principalmente, pela mobilidade permanente em busca de refúgios ambientais provisórios, na margem direita do rio Paraná, na região entre o baixo curso do rio Ivinhema e o rio Sucuriu, em Mato Grosso do Sul.

No entanto, é necessário considerar que as circunstâncias históricas impuseram a esses índios a meta de territorializar uma nova área para a reprodução física e cultural do grupo. Entre outras localidades, na margem direita do alto curso do rio Paraná, esse fenômeno migratório/cultural ocorreu no interior da imensa gleba de terra abrangida pela Fazenda Boa Esperança, no século passado (XX).

Nas últimas décadas, com a degradação ambiental acentuada pelo modelo econômico em vigor, a oferta ambiental de produtos naturais (caça, pesca e coleta) foi drasticamente reduzida, o que obrigou os índios ofaiés-xavantes a substituírem seu padrão tradicional de subsistência por formas típicas da sociedade envolvente, ou seja, sobretudo por pequena agricultura e por trabalho assalariado em fazendas da região.

Atualmente, a população da Terra indígena Ofaié-xavante, ocupante de uma área adquirida pela CESP–Companhia Energética de São Paulo, no município de Brasilândia/MS, lindeira com a área citada na Portaria Demarcatória 264, de 28 de maio de 1992, do Ministério da Justiça/FUNAI, é composta por aproximadamente 60 pessoas, sendo que dessas, aproximadamente, vinte índios são da etnia Ofaié-Xavante, e os demais da etnia Guarani ou mestiços de índios ofaiés-xavantes com trabalhadores rurais.

Os índios ofaiés-xavantes estão parcialmente adaptados aos costumes dos “brancos”, isto por força das circunstâncias que a eles foram impostas pelo modelo econômico regional, o que, no entanto, não significa que o grupo perdeu sua identidade étnica e/ou a auto-estima. Valores culturais de primeira

grandeza na caracterização de uma sociedade diferenciada da envolvente estão presentes entre o grupo, tais como a língua, a religião, a mitologia e a auto-identificação enquanto comunidade indígena distinta das demais etnias existentes na geografia humana nativa de Mato Grosso do Sul.

### Referências bibliográficas

- AYALA, S.C.; SIMON, F.  
1914 *Album Gráfico de Mato Grosso*. Hamburgo.
- ATAÍDES, J.M.  
1998 *Sob o signo da violência: colonizadores e Kaiapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Editora UCG.
- BARROS, E.P.  
1989 Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso. *Revista de Antropologia*, USP, vols. 30/31/32: 183-224.
- CALDARELLI, S.B.  
1993 Eia/UHE Porto Primavera – Avaliação de impactos ambientais. São Paulo (datilografado).
- CAMPOS, J.B.; SOUZA, M.C.  
1997 Vegetação. A.E. Vazzoler; A.A. Agostinho; N.S. Hahn (Eds.) *A planície de inundação do Alto Rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: EDUEM-Nupélia.
- CHMYZ, I.  
1974 Dados arqueológicos do baixo rio Parapanema e alto rio Paraná. *PRONAPA – Resultados preliminares do 5º ano*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Publ. Avulsas, nº 26, Belém.
- COBRA, A.N.  
1923 *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Typ. Hennies.
- COPÉ, S.M.  
1986 Relatório das atividades de campo desenvolvidas em julho/1986: Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul – Projeto Alto Sucuriú, UFMS-CEUL (não publicado).
- FERNANDES, J.L.  
1959 Os índios da serra dos Dourados. Reunião Brasileira de Antropologia, 3ª, Recife. *Atas...* Recife: Imp. Univ.: 27-46.
- FLORENCE, H.  
1997 *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: EDUSP.
- HOLANDA, S.B.  
1945 *Monções*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil.
- JARDIM, R.J.G.  
1869 Creação da Directoria dos índios na Província de Mato Grosso. *Revista Trimestral de História e Geographia*, IX, Rio de Janeiro, HGB: 548-554.
- KASHIMOTO, E.M.  
1992 *Geoarqueologia no Baixo Parapanema: uma perspectiva geográfica de estabelecimentos humanos pré-históricos*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.  
1997 *Variáveis ambientais e arqueologia no Alto Paraná*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- KUNZLI, R.  
1987 Arqueologia regional: primeiros resultados das pesquisas realizadas na área de Presidente Prudente, SP. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, USP, 32 (5): 223-47.
- LA SALVIA, F.; BROCHADO, J.P.  
1989 *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.
- LAMING-EMPERAIRE, A.; MENEZES, M.J.; ANDREATA, M.D.  
1978 O trabalho de pedra entre os Xetá da Serra de Dourados, Estado do Paraná. *Coleção Museu Paulista, Série Ensaios*, São Paulo, Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 2: 19-82.
- MARTINS, G. R.  
1992a *Brésil: les indiens du Mato Grosso do Sul. Archeologia*, Paris, 277: 44-49, mar.  
1992b *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: EdUFMS/FNDE.  
1992c Arqueologia regional: o potencial arqueológico da Bacia de Inundação do Reservatório da UHE de Porto Primavera-MS. *Ciências em museus*. Museu Emílio Goeldi, Belém, 4: 150-151.  
1993 *Projeto Arqueológico Porto Primavera - MS*. Campo Grande: FAPEC.  
1996 *Arqueologia do Planalto Maracaju-Campo Grande: o estudo do sítio Maracaju-1 através de análise quantitativa de sua indústria lítica*. Tese (Doutora-

- do em Arqueologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP.
- 2000 Sítios arqueológicos de Campo Grande revelam indícios de ocupação humana. *Arca, Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande*, Campo Grande, 7: 26-30.
- MARTINS, G.R., BALTAZAR, P., FREITAS FILHO, J.D.
- 1993 Relatório de avaliação e diagnóstico na área afetada pela construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, trecho Terenos-Três Lagoas/MS. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à PETROBRÁS. Campo Grande; FAPEC/UFMS (não publicado).
- MARTINS, G. R., KASHIMOTO, E.M.
- 1995 Projeto arqueológico “Porto Primavera, MS”: relatório geral da etapa de levantamento. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à CESP. Campo Grande: FAPEC-UFMS (não publicado).
- 1997a Projeto Prospeção arqueológica na área a ser diretamente afetada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul – trecho Terenos/Três Lagoas. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à PETROBRÁS. Campo Grande: FAPEC/UFMS.
- 1997b Relatório de prospecção arqueológica na área a ser diretamente impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul - Trecho Terenos/Três Lagoas. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à PETROBRÁS. Campo Grande: FAPEC/UFMS.
- 1997c Relatório de resgate arqueológico na área a ser diretamente impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul - Trecho Terenos/Três Lagoas. Trabalho de consultoria científica em Arqueologia destinado à PETROBRÁS. Campo Grande: FAPEC/UFMS.
- 1998 Arqueologia na área impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil: trecho Terenos-Três Lagoas/MS. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 87-107.
- 1999a Resgate arqueológico na área do gasoduto Bolívia/Brasil em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora da UFMS.
- 1999b Arqueologia Guarani no Alto Paraná, Estado de Mato Grosso do Sul. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande, UFMS, 3 (5): 51-64.
- MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M.; TATUMI, S.H.
- 1999 Datações arqueológicas em Mato Grosso do Sul. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 73-93.
- MELLO, P.J.C., RUBIN, J.C.R.
- 1996 Levantamento sistemático e intensivo em Arqueologia: o caso da UHE Costa Rica (MS). *Revista de Divulgação Científica*. Goiânia, Universidade Católica de Goiás/ Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, 1: 47-54.
- NIMUENDAJU, C.
- 1993 *Etnografia e indigenismo sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Campinas: Editora Unicamp.
- RIBEIRO, D.
- 1951 Notícia dos Ofaié-Chavante. *Revista do Museu Paulista, N.S.*, São Paulo, 5: 105-114.
- SCATAMACCHIA, M.C.M.
- 1990 *A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas*. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- SCHADEN, E.
- 1954 Os primitivos habitantes do território paulista. *Revista de História*, ano V, 18: 385.
- SCHMITZ, P.I.
- 1993 Programa Arqueológico do MS – Projeto Corumbá. P.I. Schmitz (Org.) *Trabalhos apresentados no VI Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia: Novas Perspectivas* (PUCRS, 2 a 4 de maio de 1991). São Leopoldo: Instituto Anchieta-ano de Pesquisas: 40-47.
- SILVA, J.L.L. et al.
- 1986 *As inscrições rupestres de Paranaíba*. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (não publicado).
- TATUMI, S. H.; MARTINS, G.R.; KASHIMOTO, E.M.; AYTA, W.E.F; WATAMABE, S.
- 1998 Thermoluminescence dating of archaeological ceramics collected from State of Mato Grosso do Sul, Brazil. *Radiation Effects & Defects in Solid*, 146: 297-302.
- TAUNAY, A. D’E.
- 1922 *Na era das bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos.
- 1951 *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos.
- 1981 *Relatos moçeiros*. São Paulo: EDUSP.
- VERONEZE, E.
- 1994 *A ocupação do Planalto Central Brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Educação e Humanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS.

Recebido para publicação em 3 de junho de 2001.